

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.115 - SP (2019/0010161-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **RICARDO PELUSO SPERANDIO**  
**ADVOGADOS** : **ANGÉLICA DIB IZZO - SP107983**  
                  **HELOISA DIB IZZO - SP291412**  
**AGRAVADO** : **ANTONIO LEONARDO PLACIDINO GARCIA**  
**ADVOGADO** : **CARLOS ALBERTO GEBIN - SP095201**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. 1. COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. MODIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO EXARADA NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. AFRONTA AOS ARTS. 98, 99 E 101 DO CPC/2015; E 417, 418, 419, 420, 421 E 422 DO CC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Ricardo Peluso Sperandio contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Denota-se dos autos que a ação de cobrança ajuizada por Antônio Leonardo Placidino Garcia em desfavor do ora recorrente foi julgada parcialmente procedente para condenar o réu à restituição dos valores pagos pelo autor, com retenção do valor referente à taxa de ocupação mensal de 0,8% (oito décimos por cento) do valor do contrato, bem como da importância paga a título de corretagem.

Inconformado, o réu interpôs apelação, a qual foi desprovida pela Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se depreende do julgado assim ementado (e-STJ, fl. 163):

APELAÇÃO CÍVEL - Ação de cobrança - Sentença de parcial procedência - Manutenção - Contrato de compra e venda rescindido em ação anterior, mas sem determinação de devolução dos valores pagos pelo comprador - Prescrição - Não ocorrência - Inexistência de coisa julgada, posto que o pedido de retenção dos valores pagos não foi apreciado na ação anterior - Rescisão contratual que impõe o retorno das partes ao *status quo ante* - Percentual de retenção arbitrado de forma justa e proporcional - Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 168-183), interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o recorrente alegou a existência de divergência jurisprudencial e de violação aos arts. 98, 99, 101 e 502 do Código de Processo Civil de 2015; 417 a 422 do Código Civil.

Sustentou, em síntese, a impossibilidade de nova análise quanto ao pedido de retenção de valores, porquanto já discutido e apreciado em demanda distinta, estando, dessa forma, protegida pelo manto da coisa julgada. Ademais, aduziu que a determinação de devolução do sinal pago caracterizou ofensa aos princípios da função social do contrato, da boa-fé e do *pacta sunt servanda*, uma vez que foi o autor, ora recorrido, quem deu causa ao inadimplemento e à rescisão do contrato. Ao final, defendeu o deferimento do seu pedido de concessão de gratuidade da justiça, no âmbito da apelação, em decorrência da comprovação da sua situação de hipossuficiência, eximindo-se o Julgador de analisá-lo, na hipótese.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso sob os fundamentos de não ter sido demonstrada a apontada afronta aos dispositivos de lei federal arrolados na petição do apelo extremo, bem como de incidência da Súmula 7/STJ.

Irresignada, a parte insurgente interpõe agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, ressalte-se que a coisa julgada, incidente apenas sobre as decisões judiciais de mérito no ordenamento jurídico brasileiro, à vista da adoção do modelo norte-americano, abrange o dispositivo da sentença, sendo que as alegações formuladas pelas partes e não apreciadas pelo Juiz não se tornam imutáveis, dado o vício de julgamento *citra petita*, que não se convalida no tempo.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.  
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE OFENSA À  
COISA JULGADA.

1. Consoante cediço nesta Corte, revela-se possível ao relator decidir o recurso de forma monocrática se baseado em jurisprudência dominante do STJ ou do Supremo Tribunal Federal. Ademais, uma

vez facultada ao prejudicado a via do agravo interno a ser apreciado pelo órgão colegiado, fica superada eventual mácula na deliberação unipessoal.

2. O dispositivo da sentença, comando atingido pela eficácia preclusiva da coisa julgada, deve ser interpretado de forma lógica, de acordo com as premissas que lhe conferem alicerce. Assim, o artigo 469 do CPC de 1973, ao estabelecer as partes da sentença não abarcadas pela res judicata, pretendeu retirar a imutabilidade das questões que compõem os fundamentos jurídicos aduzidos pelo autor, enfrentados pelo réu e decididos pelo juiz. Porém, não retira os efeitos da coisa julgada das premissas essenciais à matriz lógica da decisão, mediante a qual se alcançou o comando normativo contido no dispositivo da sentença.

3. Caso concreto em que as instâncias ordinárias limitaram-se a dar interpretação lógico-sistemática ao comando condenatório, sem incorrer em ofensa à coisa julgada.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1333200/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018)

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. OCORRÊNCIA. SOMA DE GARANTIAS SECURITÁRIAS. LIMITAÇÃO. COBERTURAS CONTRATADAS. COISA JULGADA. ABRANGÊNCIA. PARTE DISPOSITIVA DO JULGADO.**

1. O julgamento monocrático de procedência do recurso especial com base na jurisprudência dominante do STJ é possível em virtude dos arts. 932, V, "a", do CPC/2015 e 255 do RISTJ, combinados com a Súmula nº 568/STJ.

2. A qualidade de imutabilidade e indiscutibilidade da coisa julgada somente se agrega à parte dispositiva do julgado, não alcançando os motivos e os fundamentos da decisão judicial. Precedentes.

3. Na hipótese, os dispositivos das decisões transitadas em julgado, que estão acobertadas pela coisa julgada, conjugados com uma interpretação lógico-sistemática de toda a fundamentação lançada nas razões de decidir, indicam que a condenação da seguradora foi limitada às garantias contratadas e apropriadas a cada parte envolvida no acidente de trânsito, que poderiam ser cumuladas, por se tratar do mesmo ente segurador. Reconhecimento de excesso de execução na soma de valores de coberturas securitárias indevidas.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1593243/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 06/09/2017)

Na hipótese, a Corte de origem, sopesando o acervo fático-probatório juntado aos autos, assentou inexistir violação à coisa julgada, pois, "da leitura da sentença

que julgou a ação de rescisão contratual ajuizada pelo ora apelante em face do apelado, verifica-se que o pedido lá formulado, a respeito da retenção dos valores pagos, não foi apreciado" (e-STJ, fl. 165).

Partindo dessas premissas, não há como modificar a conclusão exarada no acórdão impugnado e acolher a tese do insurgente (no sentido de que houve violação à coisa julgada), uma vez que tais providências demandariam o reexame dos fatos e das provas do feito - notadamente do título executivo transitado em julgado em ação distinta -, o que não se admite no âmbito do recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Corroborando esse entendimento o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DE GRAVAME. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE.

1. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

2. Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n 794.875/RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2015, DJe 10/12/2015)

Concernente à suscitada contrariedade aos arts. 98, 99 e 101 do CPC/2015; e 417, 418, 419, 420, 421 e 422 do Código Civil, verifica-se que o conteúdo normativo dos referidos dispositivos de lei federal não foi debatido pelo Tribunal local,

carecendo, assim, do indispensável prequestionamento, a atrair a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

